

**PROJETO DE LEI 621/2020<sup>1</sup>**

**1. Síntese da Matéria:** determina que bibliotecas públicas e bibliotecas corporativas pertencentes a instituições públicas federais, tais como museus, fundações, centros de documentação e memória e órgãos similares, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, deverão organizar acervos específicos de literatura infantil e infantojuvenil. A Emenda de Adequação nº 1, de 2022, apresentada na Comissão de Finanças e Tributação, amplia o prazo para dois anos.

**2. Análise:** a proposição, ao impor a aquisição pelas bibliotecas vinculadas a instituições públicas federais de acervos infantis e infantojuvenis, muitas vezes não relacionados à especificidade do órgão, provoca aumento de despesa ao erário federal. No entanto, a proposta não apresenta a estimativa do impacto orçamentário-financeiro.

**3. Dispositivos Infringidos:** ADCT, art. 113; Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101/2000), art. 16; LDO 2022, art. 124; e Súmula nº 1, de 2008, editada pela Comissão de Finanças e Tributação.

**4. Resumo:** incompatibilidade e inadequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 621, de 2020, e da Emenda de Adequação nº 1, de 2022, apresentada na Comissão de Finanças e Tributação.

Brasília, 3 de junho de 2022.

Claudio Riyudi Tanno  
Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira

---

<sup>1</sup> Solicitação de Trabalho 663/2022 da Secretaria da Comissão de Finanças e Tributação para atender ao disposto no art. 10-A da Norma Interna da CFT.